

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA LITORAL NORTE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: LICENCIATURA**

TAÍS DA SILVA TORRES

**O PERCURSO FORMATIVO DE UMA PROFESSORA SURDA E SUA
PERCEPÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA CRIANÇAS SURDAS
DOS ANOS INICIAIS**

OSÓRIO

2023

TAÍS DA SILVA TORRES

**O PERCURSO FORMATIVO DE UMA PROFESSORA SURDA E SUA
PERCEPÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA CRIANÇAS SURDAS
DOS ANOS INICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em Pedagogia na Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Venites Sardagna

OSÓRIO

2023

Catálogo de Publicação na Fonte

T693p Torres, Taís da Silva.

O percurso formativo de uma professora surda e sua percepção sobre a Educação Bilíngue para crianças surdas dos anos iniciais. / Taís da Silva Torres. – Osório, 2023.

46 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Venites Sardagna

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Licenciatura em pedagogia, Unidade em Osório, 2023.

1. Educação bilíngue. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Formação

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas Uergs

TAÍS DA SILVA TORRES

**O PERCURSO FORMATIVO DE UMA PROFESSORA SURDA E SUA
PERCEPÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA CRIANÇAS SURDAS
DOS ANOS INICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para o título de Licenciada
em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Venites
Sardagna

Aprovado em: 29/06/2023

BANCA AVALIADORA

Prof.^a Dr.^a Helena Venites Sardagna – Orientadora – UERGS

Prof.^a Dr.^a Andreia Cabral Colares Pereira – UERGS

Prof.^a Dr.^a Rejane da Silveira Several - UERGS

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar os agradecimentos de forma diferente, pois devo aos meus pais minha eterna gratidão, não só pela força nos momentos difíceis, mas por toda ajuda na realização dos meus sonhos. Sérgio e Solange, meus pais amados, sem o apoio de vocês eu não teria conseguido completar essa jornada, vocês são meu alicerce e exemplo a ser seguido, tenho muito orgulho em ser filha de vocês e dedico a vocês o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço também aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos por todo amor e incentivo dedicado a mim durante esta caminhada. Obrigada por compreenderem minha ausência em alguns momentos e se fazerem presentes nas minhas conquistas.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Agradeço à Professora entrevistada participante da pesquisa, por toda sua empatia, disponibilidade e confiança depositada a mim para dividir um pouco da sua trajetória de vida.

Agradeço de forma especial às avaliadoras presentes na Banca Examinadora, Prof.^a Dr.^a Andreia Cabral Colares Pereira e a Prof.^a Dr.^a Rejane da Silveira Several, por terem aceitado participar deste momento e compartilhar seus conhecimentos.

Minha gratidão à Prof.^a Dr.^a Helena Venites Sardagna, por ter sido minha orientadora e me guiado pelo caminho deste trabalho de conclusão de curso, sem a qual nada disso seria possível, a você professora meu agradecimento especial. Obrigada pela dedicação e tempo despendido em meu auxílio na construção da minha pesquisa.

E, por fim agradeço à UERGS e seus professores, que com seus ensinamentos tornaram minha formação acadêmica possível. A todos estes mencionados acima, com muito carinho, dedico este trabalho.

RESUMO

O presente estudo relata uma pesquisa que se propôs a conhecer o percurso formativo de uma professora surda até a atuação em sala de aula, bem como conhecer os desafios encontrados durante esse percurso, envolvendo acessibilidade, inclusão e a Educação Bilíngue. A abordagem metodológica é de um estudo qualitativo e descritivo, do tipo estudo de caso. Como embasamento, o estudo traz uma revisão de literatura, uma descrição histórica e legal e os principais conceitos que inspiraram o estudo, como a Educação de Surdos e a Educação Bilíngue. O exercício analítico permitiu a organização de dois eixos temáticos: 1) da pré-escola ao ensino superior: uma luta pessoal; 2) o percurso no processo formativo para a docência: desafios e perseverança. Evidencia-se que os desafios e as dificuldades para as pessoas surdas começam desde a infância e têm sido superados com muita persistência. A Educação Bilíngue marcou o percurso da professora, considerada um fator satisfatório para a professora pois lhe permitiu a interação com seus pares e ampliou a possibilidade de comunicação. O estudo mostrou ainda que a professora enfrentou muitas barreiras no ensino superior e que as lutas da comunidade surda foram muito importantes para as conquistas.

Palavras-chave: Educação Bilíngue; Língua Brasileira de Sinais; Formação Docente; Acessibilidade e Inclusão.

ABSTRACT

The present study reports a research that proposed to know the formative path of a deaf teacher until the performance in the classroom, as well as to know the challenges encountered during this path, involving accessibility, inclusion and Bilingual Education. The methodological approach is a qualitative and descriptive study, of the case study type. As a basis, the study brings a literature review, a historical and legal description and the main concepts that inspired the study, such as Education for the Deaf and Bilingual Education. The analytical exercise allowed the organization of two thematic axes: 1) from pre-school to higher education: a personal struggle; 2) the course in the training process for teaching: challenges and perseverance. It is evident that the challenges and difficulties for deaf people start from childhood and have been overcome with great persistence. Bilingual Education marked the course of the teacher, considered a satisfactory factor for the teacher because it allowed her to interact with her peers and increased the possibility of communication. The study also showed that the teacher faced many barriers in higher education and that the struggles of the deaf community were very important for the achievements.

Keyword: Bilingual Education; Brazilian Sign Language; Teaching Training; Accessibility and Inclusion.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
2 CONTEXTO DA PESQUISA: O PERCURSO FORMATIVO DE UMA PROFESSORA SURDA	13
3 APROFUNDAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS	14
3.1 REVISÃO DE LITERATURA	14
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS.....	18
3.3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE SURDOS E DESDOBRAMENTOS LEGAIS	20
3.4 EDUCAÇÃO DE SURDOS E EDUCAÇÃO BILÍNGUE	22
4 METODOLOGIA	25
5 O PERCURSO FORMATIVO DE UMA PROFESSORA SURDA: LUTAS E DESAFIOS	28
5.1 DA PRÉ-ESCOLA AO ENSINO SUPERIOR: UMA LUTA PESSOAL	28
5.2 O PERCURSO NO PROCESSO FORMATIVO PARA A DOCÊNCIA: DESAFIOS E PERSEVERANÇA.....	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE A – Roteiro da entrevista	39
ANEXO A – Registros do Diário de bordo.....	40
ANEXO B – Respostas da entrevista.....	43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma discussão a partir de informações levantadas a respeito da formação de professores para a educação de crianças surdas, na perspectiva da prática docente de uma professora surda. Conforme a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio oficial de comunicação da comunidade surda, tendo sua própria estrutura gramatical, não devendo ser confundida com meros gestos. De acordo, com Almeida:

O reconhecimento da Língua de Sinais como língua natural da comunidade surda permitiu o fortalecimento identitário do grupo. A educação formal nos moldes do bilinguismo (como é ofertada atualmente aos surdos) nos impulsiona a investigar se o bilinguismo contribui para que os surdos tenham acesso ao Ensino Superior, uma vez que esta é a grande reivindicação da comunidade surda do Brasil. (ALMEIDA, 2015, p.28)

Ao ingressar no curso de Pedagogia fiquei entusiasmada em saber que teríamos um componente curricular sobre a Língua Brasileira de Sinais, compreendia-se que apenas uma disciplina relacionada ao tema não nos tornaria fluentes em Libras, mas nos traria um maior aprofundamento da historicidade da comunidade surda, porém, com a pandemia, as aulas passaram a ser ministradas remotamente, a restrição de interações físicas e as poucas horas de contato através das telas, tornaram as trocas mais distantes, afetando diretamente na aprendizagem. Esse fator foi apontado pela própria professora que ministrava o componente em nosso curso. Ela frisava o quão importante seria o contato para podermos compreender mais os gestos e fazer as ligações com o conteúdo que era apresentado. Dessa forma, surgiu-me o questionamento, de como tratamos a cultura surda, em porque não tínhamos nenhum colega que fosse surdo e se por acaso tivéssemos, ele teria acesso a intérprete de Libras?

Meu contato com a língua de sinais ocorre desde os primeiros anos de escolarização. Durante todo o ensino fundamental estudei em uma escola estadual no município de Osório/RS que continha uma classe especial para surdos, como era chamada na época. Neste período, a instituição promovia projetos de inclusão

em que todas as crianças ouvintes deveriam aprender alguns sinais para facilitar a comunicação com as crianças que eram surdas. Me interessava em cada aula sobre o tema, aprendi o alfabeto na língua de sinais, recebi o meu “sinal” que era nosso “apelido” na língua de sinais.

Com o passar dos anos e com o desejo de trabalhar na área da educação, o contato com diversas crianças e suas especificidades fez com que surgisse novamente a ligação com a Libras, e voltou a me causar incomodo o fato de não encontrar intérprete nas escolas e nem na universidade, o que me levantou o questionamento, como está o Ensino Bilíngue nas escolas? E os professores e interpretes de Libras? Mas acima de tudo, onde estão os profissionais surdos da área da educação? Vindo com esses questionamentos me reencontro com uma ex-estudante da mesma escola que estudei, onde possuía as turmas com crianças e adolescentes surdos. Me deparo com sua história e com o descobrimento de sua formação acadêmica, Pedagoga e professora de Libras.

A partir desse encontro surgiu o tema a ser pesquisado: o percurso formativo de uma professora surda e sua percepção sobre a educação bilíngue para crianças surdas dos Anos Iniciais. Discutir esse tema nos faz refletir sobre os direitos da pessoa com deficiência e sua inclusão na sociedade.

Com isso, desde então, considerou-se a importância de pesquisar o tema, no sentido de obter maior proximidade e construir novos conhecimentos sobre a Libras. O estudo partiu do aprofundamento do conhecimento a respeito da comunidade surda no Brasil, suas lutas e conquistas por direitos que sejam garantidos por leis. Esse movimento evidencia a importância do papel que nossa sociedade tem para a inclusão de pessoas surdas dentro e fora dos espaços escolares e o interesse de professores em uma formação bilíngue para atender às necessidades e demandas dessa comunidade.

A pessoa surda e todos os sujeitos que possuem alguma deficiência devem conhecer seus direitos e se valer deles, lutar pelo seu espaço, pois obtém toda a capacidade de se comunicar e de ser o protagonista da sua história. As escolas, empresas e sociedade em geral devem zelar pelo cumprimento das leis que regem os direitos das pessoas com deficiência.

A pesquisa em sites voltados para este grupo e o oferecimento de Curso gratuito de Libras pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

proporcionam maiores entendimentos acerca das especificidades do sujeito com surdez e contribuem para a defesa de uma sociedade mais inclusiva. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, representando 5,1% da população e este número pode ter aumentado (IBGE, 2010).

Historicamente as pessoas com deficiência auditiva foram submetidas a práticas terapêuticas de correção, ou de oralização, o que marca processos de normalização desses sujeitos. Tem-se um marco entre os anos de 1860 e 1880 que com o avanço das próteses auditivas (implante coclear) e após o Congresso Internacional de Educação de surdos em Milão (oralismo), foi estabelecido que pessoas surdas poderiam aprender e se comunicar somente através da língua oral, anulando a utilização da língua de sinais. Conforme, Braga Junior e Bedaque (2015, p.28):

Essa filosofia perpetuou até a década de 1960, ano que Willian Stokoe publicou um artigo que demonstrava a língua de sinais como uma língua que possuía todas as características das línguas orais. Então a partir daí, a língua de sinais retornou às escolas e à vida dos surdos. Nessa mesma época, surgiu a filosofia da comunicação total que utilizava, além da língua de sinais adicionada à língua oral, a leitura labial, o treino auditivo e alfabeto manual, tendo como princípio a facilitação da comunicação e não a língua falada. E assim, na década de 80, as ideias em relação à terceira filosofia educacional, o bilinguismo, começam a ser divulgadas.

A comunidade surda é composta pelas pessoas com surdez, seus familiares e todos aqueles profissionais que se utilizam da língua de sinais para a comunicação (BRAGA JUNIOR et. al. BEDAQUE, 2015). Quando falamos em deficiência auditiva, logo relacionamos com o indivíduo que utiliza a Libras, no entanto a deficiência auditiva é relacionada aqueles que possuem ou não algum grau de audição e que não faz uso da língua de sinais. Com isso, dizemos que:

[...]podemos constatar que a pessoa surda é aquela que se intitula surda antes de qualquer coisa, ou uma pessoa com uma deficiência auditiva profunda que é usuária da língua de sinais, independentemente da época do diagnóstico da perda, da habilitação oral, do uso de aparelho auditivo, podendo também oralizar. Essas pessoas preferem ser denominadas como pessoas surdas a deficientes auditivos. Já o termo deficiência auditiva também pode ser utilizado conforme a identificação da família e/ou do sujeito com a deficiência, porém é mais usado na área da saúde, estando relacionado aos graus da perda. Este sujeito geralmente é oralizado, faz uso de próteses auditivas ou implante coclear e não tem perda auditiva profunda. (BRAGA JUNIOR; BEDAQUE, 2015, p. 29)

A escola é o momento em que o aluno se depara com o mundo fora do

ambiente familiar, onde se conecta com pessoas, desenvolvendo sua comunicação, aprimorando conhecimentos e iniciando seu processo formativo. Entretanto, crianças que apresentam algum tipo de demanda educacional ou deficiência esbarram em dificuldades de acessibilidade ou inclusão. Em experiências vivenciadas pela pesquisadora, em contexto escolar, foi possível relacionar aspectos advindos do percurso de uma docente surda de uma etapa exploratória para o presente estudo, a partir de conversas informais. Esse educador deixou evidente dificuldades encontradas durante seu processo de formação no ensino superior.

Segundo o Ministério da Educação (2006), devido as barreiras impostas à população surda durante toda sua vida escolar, o número de surdos que frequentam o ensino superior cai para menos de mil por ano. Como se pode ver, essa publicação é de quase três décadas atrás. Contudo, o acesso à escolarização das pessoas surdas na educação superior perpassa por barreiras, ainda nos dias atuais.

Com relação à Educação Bilíngue, a legislação trouxe algumas garantias para a educação dos surdos. O Decreto 5.626 de 2005, prevê a inserção de Libras como componente obrigatório nos cursos de formação de professores (BRASIL, 2005), entretanto, ainda há uma carência de oferta de componentes curriculares que realmente aprofundem a Educação Bilíngue nas práticas pedagógicas, tendo em vista professores em formação. Por esse motivo é importante o reconhecimento por parte da população de que Língua Brasileira de Sinais é uma língua oficial do país, sendo a primeira língua da pessoa surda, usuária de Libras, conforme previsto na Lei N° 10.436 de 24 de abril de 2002. Importante ressaltar que recentemente no ano de 2021 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é alterada com a promulgação da Lei N° 14.191/2021 que determina o tratamento da Educação Bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente, tendo a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e o Português escrito como segunda língua, devendo ser ofertada desde a educação infantil e se estender ao longo da vida escolar do estudante (BRASIL, 2021).

Frente a esse percurso da Educação dos Surdos e da Educação Bilíngue, assim como da importância do tema para a formação de professores, o estudo aqui proposto tem o objetivo de compreender como se deu o percurso formativo de uma

professora com surdez que atua em uma escola bilíngue.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como foi o percurso formativo de uma professora surda no contexto escolar e acadêmico até chegar a atuar na docência? Que elementos podem ser evidenciados nesse processo?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender o percurso formativo de uma professora surda até a atuação em sala de aula, bem como conhecer os desafios encontrados durante esse percurso, envolvendo acessibilidade, inclusão e a Educação Bilíngue.

1.2.2 Objetivos Específicos

- I. Analisar aspectos do contexto formativo de uma professora surda.
- II. Investigar a acessibilidade para pessoas surdas nas instituições de ensino na perspectiva de uma professora surda.
- III. Compreender o ponto de vista de uma professora surda sobre a educação bilíngue na escola.

2 CONTEXTO DA PESQUISA: O PERCURSO FORMATIVO DE UMA PROFESSORA SURDA

Esta seção é baseada em uma etapa exploratória da pesquisa, antes de aplicar o roteiro de entrevista, em contatos iniciais com a professora surda, interlocutora desse estudo de caso, quando foi possível obter informações que possibilitam sua apresentação.

A professora, que vamos chamar de Flor, é uma mulher surda, de 33 anos, moradora da cidade de Osório, casada, com dois filhos, formada no curso de Licenciatura em Pedagogia e Letras/Libras. Concluiu seu curso de Pedagogia no ano de 2018 e em 2020 concluiu sua segunda graduação de Letras/Libras, desde então atua nas escolas.

Sua “deficiência auditiva” foi descoberta por seus pais com um ano e oito meses de vida. Com isso, logo passou a usar o aparelho auditivo e com o tempo a ser levada em consultas com a fonoaudióloga, para a realização de exercícios que lhe auxiliassem no desenvolvimento da fala.

Precisou passar por algumas instituições de ensino devido às dificuldades para se adaptar à escola, mas conseguiu se formar. Hoje é concursada da rede municipal de ensino e trabalha como monitora de Educação Especial. Com a influência/estímulo para que aprendesse a oralizar, ela consegue se comunicar com o Português oral e pela Língua de Sinais e enfatiza que isso facilita as interações, tanto dentro, quanto fora de casa, pois seu marido e dois filhos são ouvintes, portanto, procura comunicar-se das duas formas.

3 APROFUNDAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Para fundamentar a pesquisa buscou-se a contribuição de autores, pesquisadores e de leis que tratam sobre o tema. Inicia-se com uma revisão de outros estudos que tratam da Educação Bilíngue, seguida de uma contextualização das políticas educacionais, trazendo a legislação, além de elencar aspectos históricos da comunidade surda, suas lutas e sobre a Educação Bilíngue e as instituições escolares. A última seção desse capítulo traz aspectos do campo conceitual da Educação de Surdos e Educação Bilíngue.

3.1 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura para o presente estudo partiu de uma busca em três repositórios: Plataforma Scielo; Repositório Institucional da UFSCAR; e Repositório Institucional da UERGS. Foram elencados os descritores “Educação de Surdos” e “Educação Bilíngue” combinados para a busca. Priorizou-se trabalhos publicados nos últimos cinco anos, a fim de obter estudos da atualidade.

A busca permitiu acessar quatro trabalhos que atenderam aos critérios dos descritores. Foram excluídos da busca os trabalhos que trataram de contextos específicos, como a educação indígena ou que fosse relacionado a um componente curricular como Biologia, Ciências, Língua Portuguesa ou ainda à formação de intérpretes de Libras. Também não foram considerados estudos que abordam áreas distintas à educação como interface com a assistência social, a psicologia ou ainda a inclusão na empresa.

A seguir está o quadro com as principais informações sobre a revisão, seguido de uma descrição de cada trabalho.

Quadro 1 – trabalhos levantados na Revisão de Literatura

Ano	Título	Autor (es)	Palavras-chave	Repositório	Tipo
2019	A Educação dos Surdos no Brasil: Pesquisa Histórica e	Lucas Antonio Ribeiro	Surdez; Libras; Educação de surdos;	UFSCAR	Trabalho de Conclusão de Curso

	constatações em um contexto específico		Português como segunda língua.		
2020	Comunidades Surdas: Memórias a partir das classes especiais	Cibele Fernandes da Costa	Educação de Surdos; Comunidade Surda; Educação Inclusiva; Classe Especial.	Repositório da UERGS	Dissertação
2020	Línguas de Sinais como Línguas de Interlocução: o Lugar das Atividades Comunicativas no Contexto Escolar. Relato de Pesquisa	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda; Marta Gràcia; Maria Josep Jarque.	Avaliação escolar; Escala de avaliação; Língua Brasileira de Sinais; Língua Catalã de Sinais; Educação dos Surdos; Educação Especial; Diálogo.	Scielo	Pesquisa
2021	Alunos Surdos na Escola Pública: Desafios para a Educação Bilíngue	Libéria Rodrigues Neves; Elayne Cristina Rocha Dias; Italo Rômulo Costa da Silva.	Surdos; Libras; Língua Portuguesa; Bilinguismo; Escola Comum	Scielo	Artigo

Fonte: Autora (2023)

O estudo de Ribeiro (2019) teve como objetivo averiguar como tem sido a educação dos surdos no Brasil, caracterizando o sujeito surdo e a sua cultura, através de entrevistas com pessoas que fazem parte da comunidade surda e que possuíam diferentes idades. O autor pode observar o choque de realidades, a pessoa mais velha teve menos acessibilidade e atendimento educacional na época em que frequentou a escola. Já a pessoa mais nova iniciou a vida escolar no período em que a sociedade passou a dar mais relevância ao surdo e a sua

educação (RIBEIRO, 2019). O autor percebeu a importância das lutas que ocorreram nos últimos anos por mudanças para a inclusão dos surdos, pois após essas conquistas, como o reconhecimento da Libras, os estudantes mais novos sentem menos impactos em relação à aprendizagem em sala de aula, do que aquelas pessoas que estudaram antes deste reconhecimento.

Costa (2020) apresenta um estudo após término das classes especiais, deixando claro que sua intencionalidade não é a volta destas classes, mas a partir delas refletir a participação da comunidade surda em decisões que os envolvem. Também apresenta que aqueles estudantes que frequentavam as classes especiais estavam sempre ativos e participantes dos movimentos da comunidade surda e quando encerram essas atividades percebeu-se que os estudantes que passaram a frequentar escolas com a condição de inclusão na classe de ouvintes, não participam de comunidades surdas (COSTA, 2020). A autora destaca que essa “separação” dos estudantes surdos com seus pares traz uma perda de contato surdo-surdo e conclui com a importância de que isso seja promovido para a motivação de participação do sujeito surdo dentro de debates que envolvam sua comunidade.

O trabalho de Lacerda, Gràcia e Jarque (2020) teve como objetivo problematizar o fato de que mesmo a Libras sendo a língua oficial das pessoas surdas, o espaço escolar tem pouca tradição de trabalhar com o desenvolvimento de língua oral/língua de sinais, focando suas atividades na língua escrita como meta (LACERDA; GRÀCIA; JARQUE; 2020) o professor bilíngue conforme descrito no texto, procura aprimorar o aluno surdo para a oralidade, não priorizando e desenvolvendo práticas que foquem na aprendizagem da Língua de Sinais. O estudo das autoras é concluído indicando a necessidade da formação continuada de professores bilíngues, para que sejam capazes de refletirem o modo de ensinar, promovendo uma participação maior do aluno surdo, a fim de que eles sejam mais conscientes do uso de sua língua e da importância da aprendizagem sobre sua comunidade.

O artigo apresentado a seguir aborda os desafios para uma educação bilíngue na escola pública (NEVES; DIAS; SILVA 2021) através da observação e de entrevistas semiestruturadas as autoras relatam a percepção de um trabalho escolar organizado em uma “perspectiva de adaptação do estudante surdo aos

projetos pedagógicos, a partir do paradigma da surdez apenas enquanto deficiência” NEVES; DIAS; SILVA, 2021, p. 1). Os autores enfatizam que o uso da Libras como forma de mediação, interpretação da língua oral, acarreta na não valorização das particularidades da cultura surda. Concluíram que houve avanços na inclusão dos surdos nas escolas públicas, principalmente a partir do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua do indivíduo surdo e não somente como recurso de comunicação enquanto pessoa com deficiência (NEVES; DIAS; SILVA, 2021). Destacam ainda a importância de um ensino colaborativo entre os professores e a comunidade surda, pois ainda nos encontramos distantes de um ensino bilíngue na perspectiva da Educação inclusiva, pois ainda tratamos a Libras como língua mediadora da língua oral. Ainda de acordo com os autores, deve-se investir maciçamente em pesquisas que contribuam para a integração efetiva entre as diferenças proporcionadas pelas duas línguas (Libras e Língua Portuguesa), favorecendo a aprendizagem de ambos os sujeitos.

Estes estudos vão ao encontro do tema escolhido neste trabalho. Um dos pontos a destacar nos trabalhos é que os estudos são baseados no contato direto com pessoas de comunidades surdas, pois utilizaram-se de ferramentas como a entrevista para coleta de informações para refletirmos a educação bilíngue e a formação de pessoas surdas na graduação.

Outro aspecto evidenciado nos estudos é o destaque para a importância de integrar as duas línguas e se preocupar com a valorização da cultura surda, pois isto impacta diretamente no desenvolvimento do indivíduo surdo, em como ele vai se sentir incluído na sociedade e motivado a continuar seus estudos.

Também fica evidente nos estudos que quando a acessibilidade é encontrada desde a infância, o estudante consegue reconhecer e afirmar sua identidade, possibilitando sua participação na comunidade surda e assim, exercer seu direito de inclusão efetiva na sociedade. Os estudos ainda concordam que a educação bilíngue deve estar presente nas escolas e nas instituições de formação superior, pois todos têm o direito de continuar sua vida acadêmica e desfrutar do pleno acesso à educação.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS

Pessoas surdas por muitas vezes foram colocadas como coadjuvantes da sua própria história, foram vistos como pessoas incapazes e até proibidos de se comunicarem pela língua de sinais. Para entendermos um pouco os caminhos percorridos pela comunidade surda e suas lutas até o dia de hoje, precisamos voltar no tempo.

Conforme Strobel (2009) na antiguidade pessoas com deficiência auditiva eram consideradas amaldiçoadas e por muitas vezes mortos ou escravizados, também se acreditava que não possuíam suas funções cognitivas e que dessa forma não seria possível ensinar-lhes nada. Essa exclusão se acentuou na Idade Média devido à forte influência da igreja sobre a sociedade (STROBEL, 2009). Já na Idade Moderna surgem pessoas que defendem o ensino para as pessoas com surdez, como o médico e filósofo Girolamo Cardano (1501-1576) “que reconhecia a habilidade do surdo para a razão” (STROBEL, 2009, p.19). Neste mesmo período, surge a primeira escola para surdos:

[...] na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid, inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis [...]. (STROBEL, 2009, p.18)

Já, no período Contemporâneo existiam algumas escolas para surdos na Europa, mas apesar de serem voltadas a pessoas com surdez, ainda possuíam cunho oral, com a tendência em ensinar o surdo a se comunicar com ouvintes através da língua oral. Conforme Strobel (2009), em 1855, Eduardo Huet chega ao Brasil na intenção de abrir uma escola para surdos e com a concordância de Dom Pedro II fundou-se primeiramente o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje conhecido como “ Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES. Huet, ensinou a língua francesa juntamente com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e quando Huet deixa o Brasil, outros o substituem na direção do INES, entretanto, há novamente a intenção de desmonte do ensino para surdos e no ano de 1880 com o Congresso Nacional de Surdo-Mudez em Milão, foi expressamente proibido o uso da linguagem de sinais, reconhecendo somente a língua oral.

De acordo com Strobel:

Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro (a maioria já havia empenhado muito antes de congresso em fazer prevalecer o método oral puro no ensino dos surdos). Na ocasião de votação na assembléia geral realizada no congresso todos os professores surdos foram negados o direito de votar e excluídos, dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro. (2009, p.26)

Podemos constatar que durante todo esse período as pessoas que eram mais atingidas por essas decisões não eram consultadas e não obtinham poder de opinião. A história dos surdos perpassa por muitos momentos, até a arguição de pessoas que passam a dar mais visibilidade as lutas e a capacidade do sujeito surdo, como o padre Vicente de Paulo Penido Burnier, que após uma espera de três nos obteve liberação do Papa para se ordenar padre, visto que, na época proibia-se surdos de realizarem a ordenação (STROBEL, 2009).

O oralismo era o método utilizado para a aprendizagem de pessoas com surdez, na intenção de abrandar a falta de audição. Costa (2020 apud JANUZZI, 2012) diz que, em 1950 o INES com grande influência da medicina, legitimou o método oral de ensino. Com mais alguns anos entre debates, novas pesquisas e defesas da língua de sinais, em 1977 é criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), que deveria ser de grande ajuda para a comunidade surda. Porém, essa Federação era composta exclusivamente por ouvintes, e acreditava-se na incapacidade de surdos coordenarem a federação que era voltada para eles (ou que deveria ser), ocorrendo a total exclusão dos mesmos nesse processo de escolhas e luta pelos seus direitos. Mais tarde, no ano de 1987 reformula-se a Feneida que passa ser chamada de FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

A Feneis tem como objetivo a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social para a Comunidade Surda, assim como seus direitos, garantindo assim maior inclusão da Comunidade Surda na sociedade. (FENEIS, 2019, s/p)

Depois dessa trajetória que nunca foi realmente contada por aqueles que são os atores principais dela, daqueles que sentem na pele, no cotidiano os desafios de viverem em uma sociedade que precisa estar frequentemente sendo lembrada do respeito pelas especificidades de cada um, ocorreu um marco importantíssimo na história de educação dos surdos. No dia 24 de abril de 2002,

houve o reconhecimento da Libras como meio legal e oficial de comunicação e expressão dos surdos, através da Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2022).

Ao garantir o direito ao acesso à educação que respeite a inclusão do indivíduo com surdez, garante-se também a autonomia e a inserção do sujeito como cidadão participante da sociedade. Alguns anos após a oficialização da Língua Brasileira de Sinais em 2002, no ano de 2006 é criado o primeiro curso de Licenciatura em Letras e Libras no país, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi um projeto desenvolvido com a colaboração de outras universidades, com o foco na formação de professores surdos (BRASIL, 2006). De acordo com informações do Ministério da Educação (MEC):

Dados do Censo Escolar de 2005, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), indicam que na educação básica estão matriculados mais de 66 mil alunos com surdez, e a maioria deles se comunica em libras. No ensino médio, são mais de três mil alunos e, na educação superior, cerca de 900. (BRASIL, 2006)

Ao refletir-se os dados divulgados pelo MEC, percebe-se a importância do ensino para crianças surdas e da acessibilidade, para que possam se inserir no mundo e conseguir traçar um caminho formativo para suas vidas. Um estudo realizado pelo Instituto Locomotiva e a Semana de acessibilidade surda em 2020, apresenta que: somente 7% tem ensino superior completo; 15% frequentaram até o ensino médio; 46% até o fundamental e 32% não possuem grau de instrução. Isso nos permite visualizar em dados a diminuição de pessoas surdas que frequentam o ensino superior em relação à educação básica e isso nos mostra quem mesmo com políticas públicas voltadas a inclusão de pessoas surdas, ainda há fraquezas a serem enfrentadas e discutidas, principalmente com mais participações ativas daqueles que possuem o maior interesse em discutir esses temas, visto que, impacta diretamente em suas vidas.

3.3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE SURDOS E DESDOBRAMENTOS LEGAIS

A educação de surdos perpassou por muitos momentos até obter garantias de um acesso ao ensino que valoriza seus conhecimentos e reconhece sua cultura surda. Diante dos caminhos percorridos, foi necessário e de grande importância,

por meio de políticas e leis voltadas para pessoas com deficiência auditiva e pessoas surdas.

Durante esse percurso houve conquistas que facilitaram a inserção desses sujeitos em seus contextos sociais. Uma das primeiras vitórias da comunidade surda foi no ano de 1981 com a Lei que apresenta o reconhecimento do “Símbolo Internacional da Surdez”, que permitiu a identificação de locais que possuem acesso, circulação e utilização por pessoas surdas.

Alguns anos à frente mais uma vitória, a Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto N° 5.626/05, considerados uma das conquistas mais importantes para a comunidade surda brasileira. Estes documentos foram fundamentais para que eles conseguissem ter direitos como pessoas surdas. Por exemplo, as instituições públicas ou privadas devem reconhecer a Libras como meio de comunicação e garantir um atendimento com acesso a informação e a comunicação, adequados para as pessoas surdas e com deficiência auditiva. É previsto em lei que as escolas precisam ter professores da língua de sinais ou instrutor de Libras, tradutor e intérprete nas salas de aula, ou seja, se na instituição escolar tiver um aluno com deficiência auditiva ou surdo, deveria ser disponibilizado um intérprete de Libras, direito garantido desde a educação infantil, no ensino básico e no superior, assegurando-lhes acessibilidade e inclusão (BRASIL, 1996; BRASIL, 2008; BRASIL, 2015; BRASIL, 2021).

Essas garantias não são recentes, pois há 23 anos atrás, a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, conhecida pela Lei da Acessibilidade, no Art. 18, já previa que o poder público deveria implementar a formação de profissionais intérpretes de escrita em Braille, Língua de Sinais guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta, tanto com pessoas “portadoras” de deficiências sensoriais, quanto com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000).

Outro marco para a comunidade surda, foi relacionado à formação de professores, que surgiu para oficializar o Art. 18 da Lei n° 10.098/2000. O Decreto N° 5.626/2005 estabelece a obrigatoriedade do ensino de Libras como disciplina curricular nos magistérios e cursos de licenciatura (BRASIL, 2005), a fim de, formar profissionais da área da educação que estejam preparados a desenvolverem ações pedagógicas que promovam a inclusão e inserção do aluno com surdez no ambiente escolar. Vale ressaltar também o “Dia Nacional do Surdo”, publicada no

dia 29 de outubro de 2008, a Lei nº 11.796/2008 oficializou em todo território brasileiro o dia da pessoa surda, que passou a ser comemorada no dia 26 de setembro (BRASIL, 2008) todos os anos.

Pensando na formação de professores, na universidade, nos cursos superiores, nos remetemos à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que em seu Art. 1º traz que:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

Nessa perspectiva, a inclusão social e o exercício da cidadania da pessoa surda, perpassa pelo direito à Educação Bilíngue. Recentemente, no ano de 2021 o governo sanciona a Lei N° 14.191 que altera a LDBEN e viabiliza a oferta da Educação Bilíngue aos estudantes surdos, na educação infantil, estendendo-se ao longo da vida (BRASIL, 2021). É importante ressaltar que a decisão da Educação Bilíngue como modalidade independente, não exclui o atendimento educacional especializado, mas surge o intuito de priorizar a cultura surda, garantindo a oferta de materiais didáticos inclusivos, professores bilíngues com a formação e especialização adequadas, em nível superior e para promover a igualdade de condições de acesso à educação e o respeito à liberdade de expressão da pessoa surda.

3.4 EDUCAÇÃO DE SURDOS E EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Primeiramente procura-se entender o conceito de surdez é a nomenclatura que condiz com a ausência ou diminuição considerável da capacidade auditiva, isto é, do sentido de audição de uma pessoa (RIBEIRO, 2019). Por muito tempo, as pessoas com surdez eram rotuladas como pessoas incapazes e fora da “normalidade” sempre com um olhar clínico a sua volta e sendo submetidas a tratamentos que pudessem “corrigir” o que era considerado um problema.

[...] o discurso médico tem muito mais força e prestígio do que o discurso da diversidade, do reconhecimento linguístico e cultural das minorias surdas [...] considerando o ato de ouvir como “normal” e tudo o que

contraria essa padronização deve ser reparado, corrigido ou (uma vez mais) “normalizado”. Esse processo de “normalização” cede espaços para a estigmatização e para preconceitos sociais, que sempre estiveram presentes em nossa sociedade. (GESSER, 2009 apud RIBEIRO, 2019, p. 23)

É necessário que façamos o destaque que a comunidade surda rejeita a terminologia deficiente auditivo, por isso, falamos em surdez ou pessoas surdas, pois os indivíduos da comunidade desejam a utilização destes termos, “[...] pelo caráter pejorativo do termo deficiente e todo seu referencial histórico, que prevalece, todavia, em situações clínicas” (RIBEIRO, 2019, p. 26).

O conceito de surdez amplamente divulgado na área da educação é que a surdez “consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons” (BRASIL, 2006, p.19). Em termos médicos a surdez (ou hipoacusia) é categorizada de acordo com o nível de perda auditiva e que é conferido através de quantos decibéis as pessoas escutam, conforme a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ribeiro (2019) destaca dados produzidos pelo Bureau Internacional d’Audiophonologie (BIAPE, 1997) que a audição normal - 20 decibéis; a perda auditiva leve - de 40 decibéis; a perda auditiva moderada – de 41 a 70 decibéis; a perda auditiva severa – de 71 a 90 db (decibéis); e a perda auditiva profunda – 91 decibéis, o que significa que quanto maior o número de decibéis, maior o grau de surdez do sujeito (RIBEIRO, 2019).

Devido à falta de audição, a pessoa surda interage com o mundo através das experiências visuais e isso se confirma no ponto de vista educacional. Conforme publicação do site Libras (CRISTIANO, 2018), surdez é a dificuldade da criança em aprender a se comunicar de forma oral, o que torna necessário medidas educacionais que possibilitem a comunicação entre as pessoas por meio de um instrumento de inclusão social (CRISTIANO, 2018).

Quando pesquisamos o conceito de inclusão no dicionário, obtemos a resposta de que é a “Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade: políticas de inclusão” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2023). E refletindo sobre esta definição, cabe o questionamento sobre a inclusão da pessoa surda, já que aquilo que o ouvinte convencionou sobre inclusão, nem sempre é o que a pessoa surda espera da sociedade.

Como evidenciado acima, é histórica a delimitação de tempos-espacos pelo ouvinte, para as pessoas surdas ou pessoas com deficiência. O processo de

inclusão, nesse sentido, tem a ver muito mais com a promoção da comunicação na primeira língua, não só na escola, mas em todos os espaços sociais, do que matricular o aluno junto com os ouvintes, de maneira precária, sem a Educação Bilíngue.

De acordo com Karnopp e Klein (2007), a discussão sobre as línguas na educação de surdos vem se difundindo devido à oficialização da Libras no Brasil e dos contextos de implementação da política nacional de inclusão e, é por conta desse cenário que se visualiza um aumento significativo de projetos que visam à formação de professores surdos.

A professora entrevistada faz parte da comunidade surda e vem trazendo esses relatos e contrapontos com as políticas inclusivas e a realidade, através da sua experiência de vida. Assim, os tensionamentos que os estudos apontam poderão ser contrastados com a experiência concreta de uma Professora acerca do seu processo formativo em licenciatura.

4 METODOLOGIA

A abordagem metodológica é um estudo qualitativo e descritivo, do tipo estudo de caso. Os primeiros movimentos do estudo foram leituras e aproximações, para, dessa forma, obter subsídios que auxiliassem no desenvolvimento do pensamento e aprofundamento do assunto a ser pesquisado. O estudo de pesquisas, do campo conceitual e legal, bem como do histórico serviu para sustentar o olhar para as informações obtidas na entrevista que é o principal fator de contribuição para entendermos melhor o problema colocado.

A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida, o que exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. Para Flick (2009, p. 21), “A mudança social acelerada e a conseqüente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais”.

Esta abordagem não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social. Os pesquisadores que realizam uma abordagem qualitativa são contrários ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, visto que, as ciências sociais têm sua especificidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Os estudos descritivos pretendem descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, de determinado grupo. Conforme, texto de Antônio Carlos Gil:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. (GIL, 2009, p. 42)

Ou seja, a pesquisa descritiva aspira estudar as características de um grupo, como levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população. O estudo de caso é muito utilizado em pesquisas sociais, não são definidos procedimentos metodológicos rígidos. Para, Gil (2009, p. 55) “os propósitos do estudo de caso não

são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”.

As informações para o estudo de caso foram obtidas em dois momentos. No primeiro momento foi uma conversa com Flor, quando informou sua idade, tempo de atuação, cursos que frequentou, entre outras informações, que foram registradas em diário de bordo. Já o segundo momento foi de realização da entrevista com um roteiro de questões semiestruturadas, respondida de forma oral pela Professora. Ambos momentos foram realizados sem a necessidade de intérprete, pois a professora dispensou, já que fez a leitura labial.

A presente pesquisa compreende as seguintes etapas:

- 1) Estudo bibliográfico: estudo com base em materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Também teve base na legislação que compõe as políticas educacionais;
- 2) Estudo exploratório do caso: teve como objetivo proporcionar familiaridade com o problema e de construir os caminhos da pesquisa, sendo bastante flexível, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos referentes ao fato estudado;
- 3) Desenvolvimento da empiria para o estudo de caso: o primeiro contato com a entrevistada se deu através das redes sociais, enviei a primeira mensagem pelo Instagram e logo ela me passou seu WhatsApp para continuarmos as combinações. Após esse primeiro contato, foram agendados dois momentos. Primeiro momento durou cerca de três horas quando se teve uma conversa livre por parte da Professora, quando ela narrou fatos que considerou pertinentes compartilhar. As informações foram registradas em diário de bordo; a segunda etapa foi da entrevista que durou aproximadamente uma hora e a conversa foi guiada por um roteiro semiestruturado.
- 4) Descrição e análise das informações: a análise partiu da descrição das informações. O exercício considerou o cruzamento do conteúdo e se baseou em uma triangulação das informações, considerando o estudo teórico, a legislação e as informações da entrevista.

O exercício analítico seguiu inspiração na análise de conteúdo. Laurence

Bardin salienta que: “Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2016, p. 15). O pesquisador é como um detetive que é equipado de instrumentos de precisão, precisando de diferentes técnicas e instrumentos para se fazer a análise de conteúdo. Para Bardin (2016), o analista é como um “arqueólogo” que trabalha com vestígios, nesse caso os documentos, que serão como o conjunto de argumentos para descobrirmos ou afirmarmos algo. Não se trata de apenas um instrumento de pesquisa, mas de diferentes técnicas a serem utilizadas em uma investigação.

5 O PERCURSO FORMATIVO DE UMA PROFESSORA SURDA: LUTAS E DESAFIOS

Esta seção apresenta inicialmente informações gerais que contextualizam o percurso da Professora Surda, participante da pesquisa. Evidenciam-se fatos e acontecimentos baseados nas informações obtidas em dois momentos distintos: uma etapa exploratória, quando foi possível elencar dados escolares e familiares; e uma etapa de maior conhecimento do percurso formativo e suas especificidades.

5.1 DA PRÉ-ESCOLA AO ENSINO SUPERIOR: UMA LUTA PESSOAL

Aos quatro anos de idade, a professora surda frequentava a pré-escola em uma instituição do Estado no turno da manhã, que possuía uma turma com vários alunos ouvintes e somente ela surda. A professora da turma não se comunicava por Libras e também não tinha intérprete na sala, fazendo com que ela realizasse a leitura labial da professora e dos colegas. Como obteve o acompanhamento de fonoaudióloga, aprendeu primeiramente a oralizar e conseguia realizar a leitura labial, mas ainda assim era um desafio a aprendizagem somente através da língua Portuguesa. Seus pais são ouvintes e não fluentes em Libras, o que acarretava em mais dificuldades quando precisava de ajuda em tarefas escolares. Devido estes desafios seus pais decidiram procurar e colocá-la em turno oposto em uma escola que ofertava a chamada “classe especial”.

Sobre a experiência nesta instituição, ela relata que a professora se comunicava por Libras com ela e seus colegas que também eram surdos, utilizando a Língua Brasileira de Sinais como a língua oficial e o Português como a segunda língua através da escrita, assim constituindo uma educação bilíngue. Essa proposta converge com o que Almeida (2015, p. 31) pondera, pois “No bilinguismo, os surdos adquirem a Língua de Sinais (LS) e depois aprendem o Português na modalidade escrita”.

Esta proposta de ensino, baseada no bilinguismo, de acordo com a entrevistada *“Se configura em respeito à cultura própria dos surdos que respeita sua característica principal que é a experiência visual”*¹ (ENTREVISTA FLOR,

¹ A partir deste ponto, todos os excertos da entrevista da Professora participante estarão grifados em itálico para diferenciar das demais citações.

2023). Nessa condição, a aprendizagem se dá pelo convívio social, ao se utilizar a Língua de Sinais como primeira língua que utiliza o visual. O sujeito surdo constrói seus pensamentos/ideias, possibilitando se expressar em sua segunda língua que é o português escrito.

Flor menciona a importância da posição que a família assume diante do filho surdo: *“A posição que a família assume diante do filho surdo irá refletir na educação escolar [...] Não é tão fácil aceitar num primeiro momento, mas ao ver a deficiência como uma diferença no seu modo de criar o filho, também será diferente”*.

A família de Flor procurou proporcionar uma educação de qualidade, e que ela realmente fosse inclusiva, fazendo com que ela fosse acompanhada em duas escolas. Contudo na turma de ouvintes, que somente Flor era surda, a professora ressalta que por frequentar uma escola de ouvintes apresentava dificuldades de aprendizagem e a professora da “classe especial” acreditava que seria fácil para ela acompanhar a turma de ouvintes, já que a Flor era “rápida”.

Ainda conforme seu relato, a professora da “classe especial” percebia suas potencialidades e não compreendia como ela poderia ter tantas dificuldades na outra instituição. Dessa forma, ela e a diretora resolveram fazer uma visita na escola do Estado e observar um dia de aula. Com isso, puderam perceber que a professora não estabelecia uma relação de comunicação com ela, diferenciando dos demais colegas, prejudicando sua aprendizagem.

Flor complementa que correu uma conversa com seus pais, a pedido da professora e diretora da classe especial: *“Elas conversaram com meus pais e falaram que eu não estava aprendendo, por que a professora não conhecia a língua e a cultura surda, assim, não conseguia se comunicar comigo”* (ENTREVISTA FLOR, 2023). Percebe-se com esse relato que mesmo a instituição sendo intitulada como inclusiva, na prática não foi assim que aconteceu, visto que na percepção de Flor, a escola não estava preocupada em promover a inclusão entre seus colegas ouvintes, ou procurando desenvolver práticas pedagógicas diversificadas e a disponibilização de intérpretes para auxiliar nesse processo.

Conforme, Almeida (2015) não é o suficiente que a escola seja bilíngue, ela precisa ser bicultural para que os surdos tenham acesso a comunidade ouvinte, mas participante da comunidade surda, ou seja. O autor complementa: *“A história da educação dos surdos nos mostra que a língua oral não dá conta de todas as*

necessidades da comunidade surda” (GOLDFELD, 2002 *apud* ALMEIDA, 2015, p.32).

Flor enfatiza que na “classe especial” da instituição onde frequentava no turno oposto na ocasião, ela realmente foi inserida em contexto de aprendizagem pela Educação Bilíngue. Ela assinala que aprendeu muito neste período com as trocas entre os colegas surdos e os professores. Ao contar sobre seu percurso, Flor informa que foi transferida de escola e matriculada em uma escola que ensinava em Libras, o que contribuiu diretamente para sua aprendizagem e desenvolvimento.

5.2 O PERCURSO NO PROCESSO FORMATIVO PARA A DOCÊNCIA: DESAFIOS E PERSEVERANÇA

Continuando a percurso do processo formativo de Flor, chegamos ao fim do seu trajeto no ensino fundamental e passamos aos relatos da sua vida adulta, iniciando com as informações quanto ao curso de Magistério na modalidade normal. Em seu relato na conversa livre, Flor informa que mesmo com dificuldades enfrentadas, ela não pensa em desistir de sua vida acadêmica e começa o magistério integrado ao ensino médio em uma instituição particular e se depara com mais lutas a serem vencidas.

Sobre essa experiência, Flor traz que a instituição do curso de magistério na modalidade normal não tinha intérpretes e alegava a falta de verbas para contratar, privando mais uma vez uma pessoa surda de ter acesso ao ensino inclusivo, contudo, como já informado acima, mesmo com essas objeções conseguiu formar-se apenas utilizando a leitura labial:

Após a formatura, comecei a fazer o magistério em escola particular. Nesta não tinha intérprete, alegavam não ter condições de pagar um profissional só para mim. Conclui o curso conseguindo me formar apenas utilizando leitura labial, minhas colegas me ajudavam explicando as atividades, trabalhos e provas. Foi muito sofrido, precisei me esforçar muito era uma luta diária para conseguir acompanhar as atividades da aula e obter resultado positivo [...] essa luta deixou meus pais com muito orgulho de mim. (ENTREVISTA FLOR, 2023)

Encontramos pontos problemáticos neste relato, quando ela informa que a instituição alega não ter condições de contratar um profissional só para ela, o que evidencia uma prática de falta de acesso dentro das instituições, não considerando a luta por valorizar sua identidade surda negando o uso da sua língua. Estas falhas

dentro das instituições de ensino evidenciam mais uma vez o estereótipo de que a oralidade se sobrepõe a Língua de Sinais. Para, Almeida (2015, p. 30):

O processo educacional dos surdos apresenta as diversas faces de uma educação excludente, desde que estes deveriam ser obrigados a falar e suas especificidades negadas. Surdos foram obrigados a rejeitar sua língua natural e aprender outra língua de modalidade diferente da sua, a língua oral de seu país, e isto lhes trouxe e traz um grande prejuízo no que diz respeito ao processo de comunicação, tanto na Língua de Sinais como na própria oralização destes indivíduos.

No relato livre sobre seu percurso, a Professora traz que ao finalizar o curso não obteve mais interesse em continuar estudando na instituição, devido à falta de acessibilidade, mas não se desmotivou e continuava a ir atrás da sua graduação. Ao concluir o Magistério na modalidade normal sentiu a necessidade de ir embora para outra cidade, visto que, aqui na cidade não tinha conhecimento da inclusão no curso de Pedagogia que pretendia cursar. Segundo ela, mudou-se para a cidade de Canoas, cursou três semestres de Pedagogia em uma instituição que disponibilizava intérpretes. Foi então, que ficou sabendo que a universidade em que estudava antes de se mudar estava contando com profissionais, promovendo a acessibilidade. Assim, informa que regressou à cidade concluindo sua graduação nesta instituição.

Ela ressalta sua felicidade em poder concluir sua vida acadêmica, mas que o caminho não foi e não é fácil, mesmo com ganhos perante as leis a sociedade ainda tem dificuldade em aceitar as especificidades do outro. Quando pergunto se após o ensino fundamental ela teve muitos colegas surdos, ela nos relata que não: *“Infelizmente, não. Com a falta de intérpretes e acessibilidade em vários setores, limita muito o surdo do convívio social, fazendo com que se isolem ou passem a ter convívio somente com seus pares”* (ENTREVISTA FLOR, 2023).

Com base na sua experiência, salientando a sua luta até chegar ao ensino superior, ela reconhece que cada um possui um contexto social e realidade e por muitas vezes não consegue se formar academicamente devido a estas questões. Como se percebe, suas conquistas têm a ver com muita insistência contra um sistema baseado em padrões, sendo que aqueles que não os atendem, saem do sistema, ou encontram estratégias pessoais para se manter.

O reconhecimento da Língua de Sinais como língua natural da comunidade surda permitiu o fortalecimento identitário do grupo. A educação formal nos moldes do bilinguismo (como é ofertada atualmente aos surdos) nos impulsiona a

compreender que o bilinguismo contribui para que os surdos tenham acesso ao Ensino Superior (ALMEIDA, 2015), uma vez que esta é uma das grandes reivindicações da comunidade surda do Brasil.

Ao ser questionada como enxerga a Educação Bilíngue dentro das instituições escolares e se a inclusão se efetiva para crianças surdas, a Professora responde: *“Preciso enxergar essa educação bilíngue, porque se eu que sou surda e necessito acreditar que estamos próximo desse caminho. As escolas têm se esforçado mais do que os outros espaços físicos”* (ENTREVISTA FLOR, 2023).

Karnopp e Klein (2007) enfatizam que o conhecimento da Língua de Sinais pelo professor é primordial para efetivarmos práticas pedagógicas que considerem a diferença linguística e cultural dos surdos. Para que isso ocorra, tanto a comunidade surda, quanto a sociedade, devem estar atentas às conquistas em prol desse grupo, tal como a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), pela Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que prevê o bilinguismo como modalidade de ensino a ser iniciada desde a educação infantil. Para, Lacerda; Gràcia e Jarque (2020, p.4):

[...] se o objetivo é oferecer condições iguais (inclusivas) de aprendizagem e de desenvolvimento, os alunos surdos precisam ser incluídos em ambientes bilíngues, no qual circulem a Libras e a Língua Portuguesa e isso não pode ser alcançado se o aluno surdo não tiver pares e educadores competentes em Libras para se relacionarem com ele.

Quando falamos do Ensino Superior e questionamos sobre os desafios encontrados dentro das instituições e se ela sentiu que estes espaços formativos eram inclusivos, respondeu: *“Eu consegui me formar no magistério e depois comecei a estudar na faculdade em Canoas, eu não quis estudar na [Nome suprimido], porque eu tinha trauma, porque não tinha intérprete e fui pra Canoas. Quando a [Nome suprimido] disponibilizou intérprete peguei transferência, isso após o 3º semestre. Após teve intérprete. Foram muitos desafios sim, houveram [sic.] muitas situações difíceis, mas acredito que a tendência é elaborar cada vez mais”* (ENTREVISTA FLOR, 2023).

Sendo assim, compreende-se que as práticas dialógicas promovem o desenvolvimento da língua e da linguagem (LACERDA; GRÀCIA; JARQUE, 2020) e que é fundamental a participação do sujeito surdo nos diferentes espaços escolares e que vá além da instituição escolar, que chegue de forma efetiva dentro

do ensino superior. Pensando na escolarização das crianças surdas, desde os primeiros anos, os autores reforçam que é importante que as crianças se sintam representadas pelo educador e quando esse educador é uma pessoa surda, que passou por todo esse processo de ensino-aprendizagem, torna essa aprendizagem mais significativa e com representatividade.

Ainda se tem muitas lutas a serem travadas, pois quando perguntamos à professora se ela acha que as instituições de ensino estão preparadas e preocupadas em promover o ensino inclusivo, ela responde: *“Não existe essa preocupação por parte das instituições, o que existe é um movimento por parte das pessoas que necessitam desses serviços, nós surdos queremos acessibilidade com intérpretes nos lugares e escolas”* (ENTREVISTA FLOR, 2023).

Podemos constatar que mesmo existindo uma legislação que garanta esse acesso do indivíduo surdo nos espaços com direito à comunicação em Libras, ainda é extremamente negligenciado esse direito, pois conforme relato da entrevistada somente aqueles que precisam usufruir dele que realmente sentem o peso dessa lacuna e que lutam a cada dia pelos seus direitos.

Mesmo enfrentando todos esses desafios durante seu percurso acadêmico, Flor ressalta que sempre desejou ser professora e afirmou que seria este o seu caminho a partir do magistério. Ao ser perguntada se percebe muita diferença no ensino desde que frequentou a escola, ela responde que: *“Sim, muita diferença. Agora a inclusão é maior”* (ENTREVISTA FLOR, 2023) e isso se dá devido os movimentos que a própria comunidade surda organiza. Flor, formou-se em 2018 em Licenciatura em Pedagogia e em 2020 em Letras/Libras. Conta ainda que não encontrou dificuldades em se inserir no mercado de trabalho e enfatiza que deve isso ao seu esforço e estudos.

No último momento da entrevista, questiono sobre o que ela acha que precisa mudar ou continuar sobre a educação de pessoas surdas e ela destaca: *“Precisamos de mais intérpretes para educação, em hospitais, empresas e todos lugares”* (ENTREVISTA FLOR, 2023). A pesquisa se além aos espaços escolares, mas mediante esta última podemos observar que os desejos de inclusão vão além de um ambiente específico eles se expandem a todos os espaços que as pessoas e suas diferentes especificidades frequentam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo compreender o percurso formativo de uma professora surda até a atuação em sala de aula, bem como conhecer os desafios encontrados durante esse percurso, envolvendo acessibilidade, inclusão e a Educação Bilíngue. Fica evidente que a professora enfrentou dificuldades desde a infância, como a falta de interação com a professora dos anos iniciais de sua primeira escola, ocasionando a procura de outra instituição para continuar seus estudos. O fato de conseguir se comunicar através da língua oral foi um facilitador para algumas situações, mas em certos momentos tiveram barreiras na comunicação que só poderiam ser superadas com a utilização da Libras.

Desde a construção do projeto, nos deparamos com leis e políticas voltadas à comunidade surda com garantias de acessibilidade em geral. Ao conhecer uma professora surda e entrevistá-la, recebemos o relato de alguém que viveu e vive esse processo de inclusão nos espaços sociais, principalmente dentro do ambiente escolar, que é o local onde desenvolvemos nossa aprendizagem. O estudo também evidencia que aprimoramos nossos conhecimentos através do diálogo, da comunicação e a pessoa que é privada desse momento terá prejuízos durante a sua vida.

Com os relatos, percebem-se diferenças no ensino de crianças surdas na época em que a professora estudava nos anos iniciais e em relação à atualidade, entretanto, ainda que os direitos “surjam” a maior parte das lutas é da própria comunidade surda. Os desafios e as dificuldades para aqueles que possuem alguma especificidade começam desde a infância e são superados com muita persistência. A inclusão e a Educação Bilíngue não foram totalmente presentes e efetivas no percurso formativo da professora entrevistada, mas nota-se a diferença que fez um ensino inclusivo na vida dela, pois quando o sujeito se sente valorizado e que sua identidade é respeitada, ele se sente motivado a continuar e foi o que ocorreu com ela após frequentar uma escola com as chamadas “classes especiais”.

Ficou ainda evidente que a partir do momento que ela sentiu que estava em uma instituição inclusiva, que promovia a Educação Bilíngue de fato, isso tornou-se um instrumento de autoconhecimento, de autoestima, pois ali ela se encontrou,

interagiu com seus pares, desenvolveu sua comunicação, sua interpretação de mundo e motivou-se a continuar. Por outro lado, enfrentou muitas barreiras no ensino superior e isso nos faz pensar em como não são todos que vão conseguir prosseguir perante os empecilhos da comunicação e o quanto é importante que não só a comunidade surda lute, mas os ouvintes estejam nesse movimento de construção de uma sociedade mais acessível, inclusiva de fato.

Quando reconhecemos e respeitamos os termos que a comunidade surda prefere ser chamada, como a utilização de pessoa surda ao invés de pessoa com deficiência auditiva, estamos dando um passo para a valorização da sua cultura surda, que se constitui desde a garantia da utilização da Libras até o reconhecimento das outras pessoas, por exemplo, conforme mencionado acima, em não usar o termo deficiente auditivo e sim pessoa surda.

Percebe-se que a inclusão efetiva ainda é uma prática desafiante nas instituições e na sociedade, tanto para aluno dos anos iniciais, finais ou ensino médio, quanto para acadêmicos do ensino superior. Todavia, é também um grande desafio para professores que encontram diversas barreiras que dificultam o processo, tais como: a qualificação do professor, a falta de intérpretes, a dificuldade que o aluno encontra na socialização dentro e fora da escola, além de muitas vezes este não receber por parte dos professores e demais participantes da gestão escolar o apoio e a compreensão da qual necessitam para tornar a inclusão algo possível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, WG., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus – Editora da UESC, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf> > Acesso em: 21 de mar. de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. > Acesso em: 5 de maio de 2023

BRAGA JUNIOR, Francisco Varder; BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Deficiência Auditiva e o Atendimento Educacional Especializado**. Mossoró/RN. EDUFERSA - Editora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido Campus Leste da UFERSA, 2015. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/581308/2/Defici%C3%Aancia%20auditiva%20e%20o%20atendimento%20educacional%20especializado.pdf> > Acesso em: 5 de maio de 2023

BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Ministério da Educação**, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/205-1349433645/5871-sp-245681699> > Acesso em: 18 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF, 2021.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 1997. Disponível em: http://www.feapaesp.org.br/material_download/325_Os%20deficientes%20e%20seus%20pais%20-%20Leo%20Buscaglia.pdf > Acesso em: 10 de abr. de 2023

COSTA, Cibele Fernandes. **Comunidades Surdas: Memórias Discentes a partir das Classes Especiais**. 2020. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Sqe3fMVoOphY_Jl--iphnlcLn_cT7EyT/view > Acesso em: 22 de mar. de 2023.

CRISTIANO, A. O que é surdez? **Libras**. Publicação online, 2018. Disponível em: <https://www.libras.com.br/o-que-e-surdez> > Acesso em: 26 de abr. de 2023.

DICIO, Dicionário Online de Português: **definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z.** 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inclusao/> > Acesso em: 26 de abr. de 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&ind=4643&cat=-1,-2,-3,128> > Acesso em: 10 de abr. de 2023.

FENEIS. **Sobre a Feneis.** Disponível em: <https://feneis.org.br/sp/sobre/> > Acesso em: 11 de abr. de 2023.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf > Acesso em: 1 de maio de 2023.

KARNOPP, Lodenir. Narrativas de professoras sobre a(s) língua(s) na educação de surdos. Porto Alegre: Educação & realidade. Vol. 32, n.2 (jul./dez. 2007), p. 6378. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/129170>. > Acesso em: 22 de mar. de 2023.

LACERDA, C.B.F.; GRÀCIA, M.; JARQUE M. J. **Línguas de Sinais como Línguas de Interlocução: o Lugar das Atividades Comunicativas no Contexto Escolar.** Relato de Pesquisa • Rev. bras. educ. espec. 26 (2) • Apr-Jun 2020 • Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/7RPG9jfrX8CyYTchqkSpbcj/?lang=pt>. > Acesso em: 4 de jun. de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. > Acesso em: 26 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.** 14.191/21. BRASIL. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/legislacoes/lei-no-14191-2021-sobre-modalidade-de-educacao-bilingue-de-surdos> > Acesso em: 4 de jun. de 2023.

LOCOMOTIVA, Instituto. **Agência Brasil: país tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva diz estudo.** 2019. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/agencia-brasil-pais-tem-107-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-auditiva-diz-estudo/> > Acesso em: 8 de maio de 2023.

NEVES, L. R.; DIAS, E. C. R.; SILVA, I. R. C. **Alunos Surdos na Escola Pública: Desafios para a Educação Bilíngue.** Revista Conjecturas v. 21 n. 7 (2021): Especial. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2713/4759> Ou <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2713> > Acesso em: 4 de jun. de 2023.

RIBEIRO, L. A. **A Educação dos Surdos no Brasil: Pesquisa histórica e constatações em um contexto específico.** São Carlos/SP: Editora da UFSCAR, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12921/TCC_LucasAntonioRibeiro_LEE_UFSCar.pdf?sequence=1&isAllowed=y > Acesso em: 10 de abr. de 2023.

STROBEL, K. **História da Educação de Surdos.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducaoSurdos.pdf > Acesso em: 17 de abr. de 2023.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista

Roteiro com questões para a professora

- 1 Qual sua idade?
- 2 Onde você atua? Qual sua função?
- 3 Qual sua formação acadêmica?
- 4 Você poderia contar como foi o seu percurso formativo?
- 5 Poderias destacar o que contribuiu para a sua formação?
- 6 Poderias destacar o que dificultou seu processo formativo?
- 7 E hoje, na sua atuação, o que podes destacar de contribuição?
- 8 E há alguma dificuldade e/ou demanda que você gostaria de destacar?
- 9 Há mais algum aspecto que você gostaria de salientar?

ANEXO A – Registros do Diário de bordo

Dia 01/04/2023

Neste diário de Bordo pretendo relatar as mensagens e encontros com a professora entrevistada que contribuirá para o meu trabalho de conclusão de curso. Início esse processo no dia primeiro de abril de dois mil e vinte três, enviei uma mensagem através das redes sociais para a entrevistada, primeiramente pelo Instagram, a fim de me apresentar e informar o foco do meu trabalho. Logo ela respondeu e se mostrou muito solícita, onde passamos a conversar pelo WhatsApp e realizar as combinações, ela estava disposta a me receber em sua casa para realizarmos uma entrevista presencial. Marcamos o encontro para o dia quinze de abril às duas horas da tarde.

Dia 15/04/2023

Hoje fui até a casa da entrevistada para ter um primeiro contato e nos conhecermos. Neste encontro ela me relatou muito de sua vida e experiências, desde o descobrimento da sua deficiência auditiva, sua vida como uma pessoa surda e sua trajetória acadêmica, ocasionando em uma longa conversa. Flor, tem 33 anos, é casada e possui dois filhos, conta que em sua casa somente ela é surda, seus filhos e marido não.

Ao conversar sobre a surdez, eu pergunto com quantos anos sua família descobriu que ela era surda e relata que *“Quando eu tinha um ano e oito meses os meus pais descobriram que eu era surda, ficaram muito preocupados e começaram a me levar ao médico. Foi identificada a deficiência auditiva, assim, comecei a usar o aparelho auditivo, logo depois comecei a fazer exercícios com a fonoaudióloga”* (ENTREVISTA FLOR, 2023). Questionei também sobre sua oralidade e conta que aprendeu primeiramente a oralizar e somente depois a Língua de Sinais, pois quando foi para a escola estudava pela manhã em uma sala de inclusão com vários alunos ouvintes, a professora não usava Libras e não havia intérpretes, precisando que ela realizasse a leitura labial de todos, nesta época no período da tarde ela diz que: *“Eu participava em outra escola em classe especial de surdos, onde eu aprendia Libras, com professora ouvinte fluente na língua”* (ENTREVISTA FLOR, 2023) e foi onde começou a aprender a Língua de Sinais.

Devido às dificuldades que apresentava em se adaptar na turma de ouvintes, a professora e a diretora da escola que tinha a “classe especial” para surdos resolveram ir visitar a escola com a sala de inclusão e conforme a entrevistada salienta *“Elas não gostaram nada do que viram, pois eu não conseguia aprender o conteúdo, não tinha uma relação de comunicação com a professora e os colegas o que era prejudicial para minha aprendizagem. Elas conversaram com meus pais e falaram que eu não estava aprendendo, porque a professora não conhecia a língua e a cultura surda, assim, não conseguia se comunicar comigo”*. Esse momento foi muito importante para a professora, pois foi onde trocou de instituição e passou a frequentar a escola que ela realmente se sentia incluída e que aprendeu muito nesse tempo com as trocas entre os colegas surdos e as professoras que davam aula e que mesmo esbarrando em dificuldades de comunicação sendo tão nova, ela nunca pensou em desistir de estudar e saindo do ensino fundamental iniciou o ensino médio juntamente com o magistério.

Quando questionada sobre qual instituição estudou no ensino médio, conta que foi para uma escola particular que ofertava o magistério na modalidade normal, em seu relato afirma que *“Após a formatura, comecei a fazer o magistério em escola particular. Nesta não tinha intérprete, alegavam não ter condições de pagar um profissional só para mim. Conclui o curso conseguindo me formar apenas utilizando leitura labial, minhas colegas me ajudavam explicando as atividades, trabalhos e provas. Foi muito sofrido, precisei me esforçar muito era uma luta diária para conseguir acompanhar as atividades da aula e obter resultado positivo [...] essa luta deixou meus pais com muito orgulho de mim”* (ENTREVISTA FLOR, 2023). Quando terminou não quis mais estudar na instituição devido à falta de acessibilidade, mas ainda queria continuar sua vida acadêmica, foi quando decidiu ir embora para outra cidade, pois encontrou uma instituição de Ensino Superior que ofertava intérpretes *“Cursei três semestres nessa instituição que disponibilizava intérpretes. Foi quando descobri que a Faculdade de Osório já estava contando com os profissionais, então regressei à cidade. Cursei Pedagogia e me formei na faculdade daqui me senti muito feliz em poder terminar a minha graduação, pois era um sonho e depois de tantas dificuldades de inclusão vi que a sociedade nem sempre está preparada para a diversidade, mas o meu esforço valeu à pena”*.

Ao falar da sua vida acadêmica, pergunto se teve muitos colegas surdos depois

que saiu da escola que tinha “classe especial” e ela diz que: *“Infelizmente, não. Com a falta de intérpretes e acessibilidade em vários setores, limita muito o surdo do convívio social, fazendo com que se isolem ou passem a ter convívio somente com seus pares”* e continua: *“Muitas vezes o surdo não continua estudando por causa dessas questões, a acessibilidade, por não ter intérpretes e ficar mais difícil de estudar e cada um tem uma realidade, um contexto e isso influencia, mesmo tendo leis, às vezes só isso não garante a inclusão”*. Também falamos sobre como ela prefere que se refiram a ela, como pessoa surda e não deficiente auditiva. Finalizamos a tarde de conversa, com muitas histórias compartilhadas, o objetivo era para que realmente nos conhecessemos e informei da necessidade de um segundo encontro, onde gostaria de realizar uma entrevista com um roteiro para que eu conseguisse mais subsídios para o meu trabalho.

ANEXO B – Respostas da entrevista

F- Tenho 33 anos, sou casada e tenho dois filhos. Iniciei em uma escola com educação inclusiva, onde só eu era surda, depois estudei na escola Cônego e por isso não havia dificuldade, porque já era uma escola inclusiva na época. Meus pais decidiram que eu iria estudar lá que possui classe especial. Eu tinha quatro anos. Primeiro eu aprendi a oralizar e depois a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

F- Muito importante, me apoiaram e buscaram todos os recursos que existiam.

F- Não existe essa preocupação por parte das instituições, o que existe é um movimento por parte das pessoas que necessitam desses serviços, nós surdos queremos acessibilidade com intérpretes nos lugares e escolas.

F- Foi a partir do magistério que percebi que seria esse o meu caminho, porque eu sempre desejei ser professora, desde criança.

F- Eu consegui me formar no magistério e depois comecei a estudar na faculdade em Canoas, eu não quis estudar na [Nome suprimido], porque eu tinha trauma, porque não tinha intérprete e fui pra Canoas. Quando a [Nome suprimido] disponibilizou intérprete peguei transferência, isso após o 3º semestre. Após teve intérprete. Foram muitos desafios sim, houveram muitas situações difíceis, mas acredito que a tendência é elaborar cada vez mais.

F- Tive colegas surdos até 8 série. Depois fui estudar no magistério, não tive mais, acredito que na época não havia um colégio tão forte como temos atualmente.

F- Preciso enxergar essa educação bilíngue, porque se eu que sou surda e

necessito acreditar que estamos próximo desse caminho. As escolas têm se esforçado mais do que os outros espaços físicos.

F- Sim. Agora a inclusão é maior.

F- Me formei 2018, Pedagogia e a outra me formei 2020 Letras/Libras. Hoje trabalho na escola municipal em Osório como monitora de educação especial.

F- Precisamos de mais intérpretes para educação, em hospitais, empresas e todos lugares.